



PSICOLOGIA JURÍDICA: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Autor(es)

Rosana Da Silva Lima
Higor Junio Porto Menezes
Ana Júlia Marques Rodrigues
Gabriella Nascimento Alencar
Jhonatan Porcena Fortes
Israel Lima Moraes
Ellen Cristina Matias De Vasconcelos



Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A compreensão do que é e qual a função de uma avaliação psicológica em aspectos gerais e em contextos jurídicos, é o principal ponto introdutor do estudo. Os julgamentos judiciais podem depender, exclusivamente, de avaliações psicológicas, particularmente em casos que incluem questões relacionadas à saúde mental, comportamento humano e capacidade cognitiva das partes interessadas no processo legal.

Objetivo

O foco deste estudo, visa destacar a importância da avaliação psicológica no domínio jurídico. Como objetivo, foram adquiridos alguns tópicos de avaliação psicológica em diferentes contextos do âmbito jurídico.

Material e Métodos

O estudo desse artigo foi baseado em artigos científicos que explicam o funcionamento das avaliações psicológicas em diversos contextos. Fora também utilizados o código de ética profissional dos psicólogos, afora os testes favoráveis compartilhados pelo site do SATEPSI e as resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A pesquisa teve funcionamento em etapas como: escolha de fontes complementares, tópicos explicatórios do funcionamento das avaliações psicológicas nos âmbitos jurídicos e conclusões.

Resultados e Discussão

Os resultados deste artigo, demonstram que é fato notório que a psicologia e os contextos jurídicos podem se ajudar e se complementar, em busca da compreensão mentais e causas do réu. "Por meio de testes, instrumentos e entrevistas psicológicas, ao fim do processo de avaliação o psicólogo jurídico elabora laudos que são considerados como dado científico, ao ponto de ser considerado como prova judicial, principalmente quando há ausência de outras provas materiais" (Massimina, 2021). Entretanto, para o(a) psicólogo(a) realizar o teste,





necessita-se de uma demanda feita pela própria justiça, que autoriza a realização do teste psicológico no paciente.

Conclusão

Em conclusão, a atuação do psicólogo dentro dessa área varia de diversas maneiras, podendo ser um auxiliar de autoridade e utilizando os seus serviços em varas de família, criminais, infância, entre outros. Sendo que o seu trabalho também poderá ser aplicado por psicólogos clínicos, quando eles forem acionados pelo sistema de justiça.

Referências

CFP (Brasil). SATEPSI. Testes Favoráveis. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/testesFavoraveis.cfm>. Acesso em: 27 mai. 2023

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; LEGNANI, Viviane Neves; OLIVIER SUDBRACK, Maria Fátima. As competências da psicologia jurídica na avaliação psicosocial de famílias em conflito. *Psicologia & Sociedade*, [S. l.], p. 233-241, 4 abr. 2009. Acesso em: 10 mai. 2023.

MASSIMINA, Luzia. Avaliação Psicológica e a importância da psicologia jurídica. *Dalmas*, 01 de outubro de 2020. Disponível em: Acesso em: 20 mai. 2023.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. Avaliação Psicológica no contexto forense. In: Baptista, Makilim Nunes et al. *Compêndio de Avaliação Psicológica*. Edição digital. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019. p. 499 – 517. Acesso em: 15 mai. 2023.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

